



PNAD 93: o mais recente retrato do país

A Síntese da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 1993 acaba de ser concluída, revelando o mais atualizado retrato sócio-econômico do País. Cobrindo todo o território nacional, com exceção da área rural dos estados da antiga região Norte, a PNAD 93 mostra o envelhecimento da população brasileira, com o queda nas taxas de fecundidade e mortalidade, além do aumento da população idosa e a redução do número médio dos integrantes das famílias. Mostra ainda uma elevação no nível de instrução da população, tanto no que toca aos adultos como com relação às faixas etárias mais jovens.

No tocante ao rendimento, porém, nota-se um aumento na concentração da renda, revertendo uma tendência que vinha desde 1990. Por outro lado, elevou-se o padrão de vida da população, o que pode ser atestado pelo crescimento da parcela dos domicílios que, em 93, contavam com abastecimento de água, esgoto, energia elétrica, telefone e coleta de lixo, além de bens como geladeira, rádio, TV, freezer e máquina de lavar roupa.

Estes e outros dados serão esmiuçados na próxima edição da Carta IBGE, que dedicará um espaço destacado aos resultados da Síntese da PNAD.

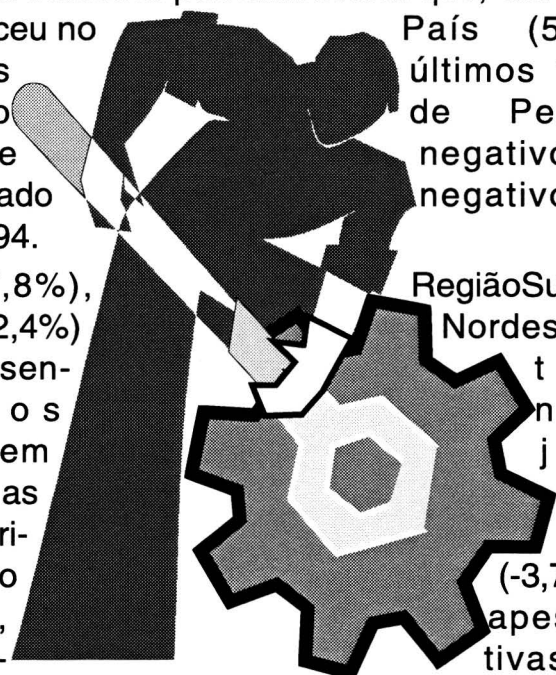
Participe do Encontro Nacional de Produtores e Usuários de Informações Sociais, Econômicas e Territoriais. De 27 a 31 de Maio, no Rio de Janeiro. Incrições pelo telefone (021)445-6969

Só Minas Gerais aumentou produção em janeiro

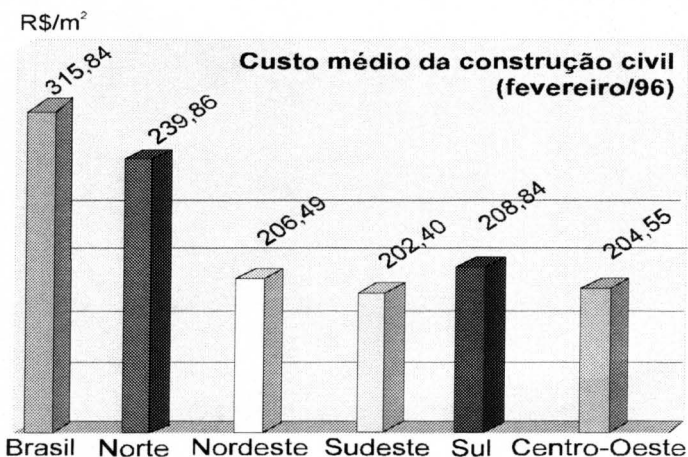
Os primeiros números da indústria em 1996 revelam que, no mês de janeiro, apenas a indústria de Minas Gerais apresenta evolução positiva na comparação com janeiro de 95. Mesmo assim, um desempenho de apenas 0,3%, em virtude do aumento registrado no segmento de material de transporte. As demais regiões exibem resultados negativos, sobretudo Pernambuco (-19,9%), devido ao comportamento negativo da indústria do açúcar. Justo a indústria pernambucana que, em 1995, foi a que mais cresceu no País (5,8%). O indicador dos últimos 12 meses para o estado tornou-se primeiro resultado negativo desde outubro de 1994.

Paraná (-17,8%), São Paulo (-12,4%) também apresentaram resultados expressivos em janeiro deste ano. Já as indústrias de Santa Catarina (-3,4%), Rio de Janeiro (-3,4%), taxas negativas, ficaram acima da média nacional (-8,6%).

Região Sul (-15,2%), Nordeste (-9,5%) também tiveram resultados negativos em janeiro. As indústrias de Bahia (-3,7%) e Bahia apesar das quedas, ficaram



A explicação para este quadro notadamente negativo é, sobretudo, a base de comparação para o primeiro mês de 96. Janeiro de 95 foi caracterizado pelo forte aquecimento do nível de atividades, marcando os picos da série histórica da Pesquisa Industrial Mensal (PIM). O resultado expressivamente positivo do início de 95, aliás, deverá continuar influenciando os resultados da indústria ainda por alguns meses, da mesma forma como vem ocorrendo na comparação dos setores de atividade industrial.



Custo da construção civil teve alta de 0,31% em fevereiro

O custo médio nacional do metro quadrado na construção civil, em fevereiro, ficou em R\$ 315,84, com variação de apenas 0,31%, em relação ao mês de janeiro.

Na composição do custo médio, os materiais responderam por R\$ 208,18 e o custo da mão-de-obra, por R\$ 107,66. De janeiro para fevereiro, variaram, respectivamente, -0,08% e 1,07%.

Segundo o relatório do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil, a Região Nordeste apresentou as maiores variações no mês (1,51%) e no acumulado deste ano (2,60%). Já o maior índice nos últimos doze meses foi o da Região Sul: 22,57%.

Em contrapartida, o Sudeste registrou as menores taxas no mês (-0,62%) e no ano (-0,07%). Enquanto a Região Norte apontou a menor variação nos últimos doze meses: 14,76%.

Os materiais de construção apresentaram a maior variação mensal no Nordeste (0,73%) e a menor no Centro-Oeste (-0,97%).

Com relação à mão-de-obra, o Nordeste se destacou com um aumento do custo de 3,40% e o Sul, com uma queda de -0,62%. Quanto aos estados, os custos médios mais elevados ficaram com Roraima (R\$ 486,88), Pará (R\$ 360,63), Amazonas (R\$ 351,13), Rio Grande do Sul (R\$ 348,54) e São Paulo (R\$ 346,89). Enquanto que os menores custos ocorreram no Espírito Santo (R\$ 252,11), Minas Gerais (R\$ 267,52), Pernambuco (R\$ 271,36), Sergipe (R\$ 275,03) e Piauí (R\$ 275,41).

Em relação às variações, a maior ocorreu na Bahia (5,05%) e a menor em Minas Gerais (-1,39%). Vale ressaltar que na Região Centro-Oeste todas as taxas foram negativas, destacando-se Mato Grosso do Sul, com -0,26%, e Mato Grosso, com -1,09%.

Aumento nos telefones pressiona inflação de fevereiro

A inflação de fevereiro, medida em 11 localidades do País, ficou em 0,71% para o INPC, calculado com base no consumo médio das famílias com renda mensal de um a oito salários mínimos, e em 1,03% para o IPCA (famílias com renda de um a quarenta salários mínimos). Este resultado aponta uma queda em relação a janeiro, quando o INPC ficou em 1,46% e o IPCA em 1,34%.

Pela primeira vez, desde agosto de 95, o grupo Habitação não foi o que mais puxou a taxa de inflação para cima. Em fevereiro, o grupo que mais colaborou para esse resultado, tanto no INPC como no IPCA, foi o de Transporte e Comunicação, devido sobretudo aos aumentos nos telefones residenciais. No caso do INPC, esse grupo registrou uma variação de 2,80%, puxado, principalmente, pelo aumento do item comunicações (50,82%). No IPCA, esse grupo teve uma variação de 3,56%, cujo item comunicações apontou alta de 65,16%. As localidades que apresentaram as maiores altas nesse item foram São Paulo (65,83%) e Goiânia (64,63%), para o INPC, e Recife (72,39%), Belém (70,73%) e Salvador (70,11%), para o IPCA.

O grupo Habitação este mês aparece em segundo lugar no INPC, com 2,31%, e em terceiro lugar no IPCA, com 1,98%. Por outro lado, segurando os índices, surge o grupo Vestuário, que registrou queda de -3,01%, no INPC, com destaque para os itens roupas femininas (-5,31%) e roupas infantis (-3,96%). No IPCA, a queda ainda foi maior (-3,28%) e sobressaíram os itens roupas femininas (-5,43%) e roupas masculinas (-3,61%).

Comportamento dos grupos fevereiro/96 (%)

Grupos	INPC	IPCA
Alimentação e bebidas	0,10	0,11
Habitação	2,31	1,98
Artigos de residência	0,15	0,28
Vestuário	-3,01	-3,28
Transporte e comunicação	2,80	3,56
Saúde e cuidados pessoais	1,10	1,29
Despesas pessoais	1,61	2,07

Errata

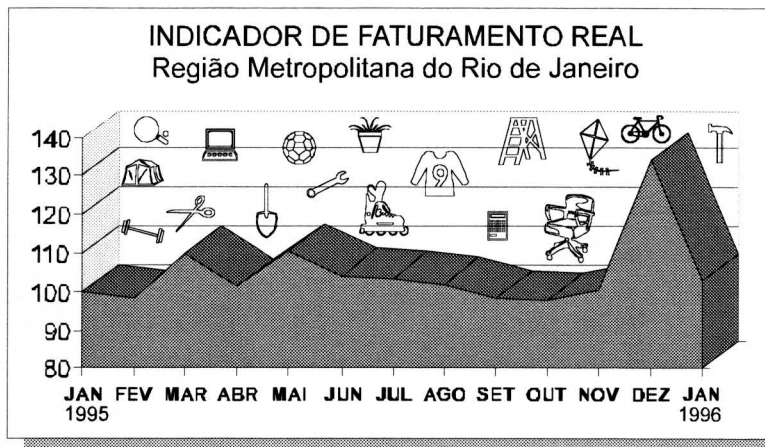
Na edição anterior do Carta IBGE, informamos que o comércio varejista do Rio de Janeiro teve um crescimento de 33,3% no faturamento real. Cabe esclarecer, no entanto, que este índice de crescimento se refere à comparação de dezembro/95 em relação a janeiro do mesmo ano.

Cai emprego e sobe faturamento no comércio

O faturamento real do comércio da Região Metropolitana do Rio de Janeiro teve um aumento de 3,0% em relação a janeiro de 95. Na comparação com o mês anterior, no entanto, houve queda de -23,3%, o que pode ser explicado por dezembro ser o mês de maior faturamento com as vendas de Natal. Por outro lado, o nível de emprego voltou a cair. Em relação a dezembro, a redução foi de -1,4%. Se comparado a janeiro de 95, a queda é ainda maior (-7,8%).

Em janeiro, as facilidades nas compras a crédito atraíram os consumidores de menor renda. Esse comportamento acarretou, sobretudo, um aumento das vendas do setor de móveis e eletrodomésticos (24,0%) e do setor de automóveis e motos (2,3%) - com maior comercialização de carros usados -, como aponta a primeira Pesquisa Mensal do Comércio (PMC) de 96.

Este desempenho verificado em eletrodomésticos não se explica apenas pelo clima, que aumenta as vendas de refrigeradores e aparelhos de ar condicionado. É importante também verificar a crescente participação da população de menor renda no mercado de consumo, o que fica evidenciado tanto pela incorporação no mix de vendas de produtos de baixo valor unitário e pouca sofisticação como pela elevada sensibilidade desse tipo de consumidor às condições de crédito.



Safra deverá cair em 96

A safra deste ano de cereais, leguminosas e oleaginosas poderá alcançar 69,855 milhões de toneladas, ou seja, um volume 11,87% menor do que a registrada no ano passado (79,264 milhões de toneladas). Esses dados referem-se ao Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA) de janeiro, que revelam as primeiras estimativas da safra de 96, em nível nacional, pois as estimativas apresentadas no mês passado referiam-se apenas à região Centro-Sul e Rondônia.

Comparando-se com a produção do ano passado, haverá reduções nas estimativas de algodão herbáceo (2,04%), arroz (13,31%), milho (14,44%) e soja (15,06%). No caso do algodão herbáceo, os principais motivos para a queda estimada na produção deste ano foram os baixos preços alcançados pelo produto em 95,

os prazos longos de pagamento para o produto importado e a inadimplência dos produtores junto ao setor bancário.

Quanto à queda na produção do arroz, ela pode ser explicada pela falta de água para irrigação, o atraso na semeadura e o endividamento dos produtores, que reduziram o plantio do produto no Rio Grande do Sul, um dos principais produtores. Já a queda na produção da safra de milho, juntamente com a queda esperada na safra de soja, poderá trazer problemas no abastecimento nacional, sobretudo para a avicultura e suinocultura, pois os dois produtos são os principais componentes das rações empregadas nestas duas atividades.

Para os demais produtos são registradas variações positivas: batata inglesa (3,72%), café (3,94%), cana-de-açúcar (1,43%), cebola (7,80%) e feijão (23,63%).

Indústria mantém queda em janeiro

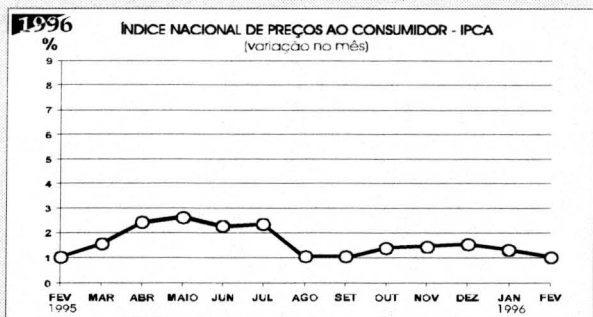
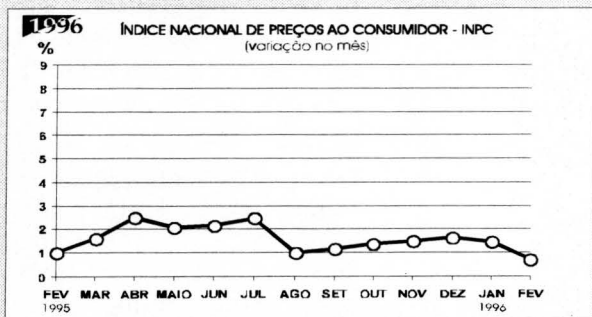
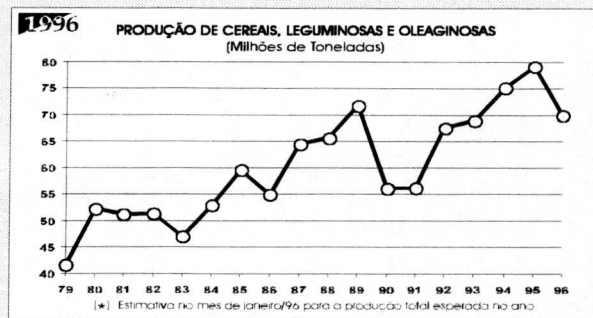
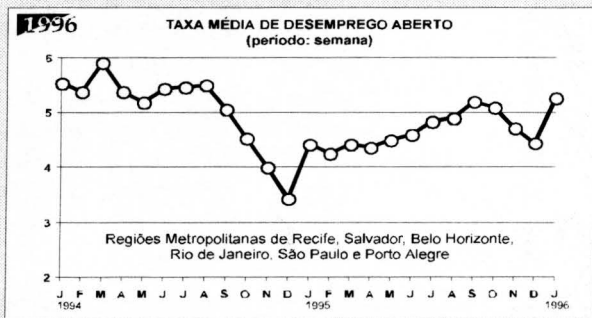
A indústria brasileira apresentou uma ligeira queda, pelo segundo mês consecutivo. A Pesquisa Industrial Mensal aponta queda de -0,6%, em janeiro, com relação ao mês de dezembro. Este, por sua vez, já havia apresentado redução de -0,5%, em relação a novembro. Na comparação com janeiro de 95, a retração da indústria é ainda maior (-8,6%).

Por categoria de uso, os resultados nos últimos doze meses são os seguintes: bens de capital (-4,9%), bens intermediários (-1,5%), bens de consumo duráveis (11,9%) e bens de consumo semiduráveis e não-duráveis (3,0%).

De dezembro para janeiro, somente sete dos 20 ramos industriais pesquisados apresentaram crescimento na produção, sendo que as expansões mais expressivas ocorreram em extrativa mineral (9,9%), perfumaria, sabões e velas (6,6%), fumo (6,2%) e borracha (5,2%). Já entre as quedas, destacam-se madeira (-9,1%), vestuário, calçados e artefatos de tecidos (-5,0%) e têxtil (-2,2%). A indústria de produtos alimentares registrou a primeira queda (-0,9%) desde junho do ano passado, provavelmente em função do resultado negativo verificado na indústria açucareira (-40,1%).

Na comparação com janeiro de 95, quinze ramos apresentaram comportamento negativo, destacando-se as quedas em mecânica (-36,2%), metalúrgica (-13,0%) e têxtil (-25,1%), ou seja, áreas onde predominam a produção de bens de capital e insumos industriais. As taxas de expansão mais elevadas foram verificadas em fumo (16,9%), produtos alimentares (15,0%) e farmacêutica (6,9%), isto é, indústrias tipicamente relacionadas com a produção de bens de consumo não duráveis e de baixo valor unitário.

Com relação aos derivados industriais, o melhor desempenho ficou com o agregado da soja (13,3%), seguido dos derivados do milho (9,0%), da cana-de-açúcar (3,3%) e do trigo (2,1%). Enquanto os piores resultados foram registrados nos derivados de café (-5,9%) e suco de laranja (-29,2%).



INDICADORES CONJUNTURAIS	PERÍODO DE REFERÊNCIA	NÍVEL	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO PERÍODO ANTERIOR	VARIAÇÃO EM RELAÇÃO AO MESMO PERÍODO DO ANO ANTERIOR
PRODUTO INTERNO BRUTO (ÍNDICES TRIMESTRAIS)				
Total (1980=100)	1995/IV	133,82 (1)	1,97 (1)	4,20 (1)
Agropecuária (1980=100)	1995/IV	159,34 (1)	2,13 (1)	5,89 (1)
Indústria (1980=100)	1995/IV	109,98 (1)	1,70 (1)	1,98 (1)
Serviços (1980=100)	1995/IV	154,21 (1)	2,13 (1)	5,67 (1)
PRODUÇÃO AGRÍCOLA (MILHÕES DE TONELADAS)				
Total de cereais, leguminosas e oleaginosas (3)	Jan/96(*)	69,855	-	-11,87 (4)
PRODUÇÃO INDUSTRIAL (ÍNDICES MENSAIS)				
Total (média de 1991=100)	Jan/96(*)	102,06	-0,55 (1)	-8,64
Bens de capital (média de 1991=100)	Jan/96(*)	90,22	-0,40 (1)	-31,65
Bens intermediários (média de 1991=100)	Jan/96(*)	100,88	-1,42 (1)	-8,27
Bens de consumo duráveis (média de 1991=100)	Jan/96(*)	128,67	0,75 (1)	7,36
Bens de consumo não-duráveis (média de 1991=100)	Jan/96(*)	104,64	-0,60 (1)	1,08
COMÉRCIO VAREGISTA (ÍNDICES MENSAIS) (5)				
Faturamento (jan/95 = 100) (6)	Jan/96(*)	103,0	-23,18	-
Emprego assalariado (jan/95 = 100)	Jan/96(*)	92,2	-1,39	-
SALÁRIOS E OUTRAS REMUNERAÇÕES (JAN/95 = 100) (6)	Jan/96(*)	108,5	-33,99	-
MERCADO DE TRABALHO				
Taxa média de desemprego aberto (%) (7)	Jan/96(*)	5,26	18,47	19,00
Rendimento médio real (índice mensal, jul/94=100) (8)	Dez/95(*)	129,69	5,21	12,21
Empregados c/ carteira assinada	Dez/95(*)	124,40	7,88	11,05
Empregados s/ carteira assinada	Dez/95(*)	135,37	0,74	7,80
Conta-própria	Dez/95(*)	139,46	1,12	21,22
Emprego industrial (índice mensal, 1985=100) (9)	Dez/95(*)	75,56	-1,90	-9,20
Salário médio real na indústria (índice mensal, 1985=100) (10)	Dez/95(*)	121,74	-0,14	11,24
PREÇOS				
Índice de preços ao consumidor - INPC (dez/93=100)	Fev/96(*)	1282,96	0,71	21,64
Índice de preços ao consumidor amplo - IPCA (dez/93=100)	Fev/96(*)	1273,89	1,03	21,99
Índice de preços ao consumidor amplo especial - IPCA-E	Out/Nov/Dez	-	4,22 (11)	-
Custo médio da construção civil (R\$/ m²)	Fev/96(*)	315,84	0,31	19,20

NOTAS: (1) Série com ajuste sazonal. (2) Taxa acumulada no ano. (3) Estimativa no mês de referência para a produção total esperada no ano em curso (caroço de algodão, soja, milho, trigo, arroz, feijão, amendoim, mamona, aveia, centeio, cevada e sorgo). (4) Variação em relação à produção obtida no ano anterior. (5) Resultados da Pesquisa Mensal de Comércio para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (6) Deflacionado pelo IPCA da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. (7) Taxa média de desemprego aberto (semana), abrangendo regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. (8) Rendimento do trabalho principal das pessoas ocupadas, deflacionado pelo INPC. (9) Pessoal ocupado na produção. (10) Deflacionado pelo INPC. (11) Variação acumulada no período de referência. O IPCA-E é divulgado ao final de cada trimestre. (*) Novo nesta quinzena.